

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

O **BANCO PAULISTA S.A.**, inscrito no CNPJ sob o número 61.820.817/0001-09, remete ao Banco Central do Brasil as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial e demais documentos listados abaixo para publicação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional em conformidade com a Resolução BCB Nº 2, De 12 de Agosto de 2020:

- Balanço Patrimonial Consolidado do Conglomerado Prudencial ;
- Demonstração do Resultado Consolidado do Conglomerado Prudencial ;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado do Conglomerado Prudencial;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado do Conglomerado Prudencial ;
- Notas Explicativas Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

As demonstrações financeiras foram originalmente publicadas no sítio da instituição no dia 26/02/2021, endereço eletrônico: www.bancopaulista.com.br.

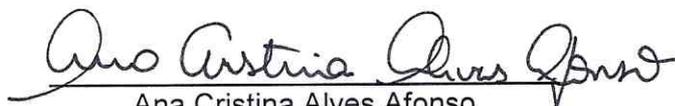
Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo. Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras como um todo.

Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, encontram-se nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração e foram submetidas à auditoria externa, sendo o relatório parte integrante desta remessa eletrônica para publicação na Central de Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021


Marcelo de Toledo Guimarães
Diretor Presidente
Rui Luis Fernandes
Diretor
Ana Cristina Alves Afonso
CRC 1SP234300/O-5

BANCO PAULISTA S.A.
(CNPJ nº 61.820.817/0001-09)

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis consolidadas do
Conglomerado Prudencial
Em 31 de dezembro de 2019**

BANCO PAULISTA S.A.

**Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis do
Conglomerado Prudencial**

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração das mutações do Patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação - São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do **Banco Paulista S.A. ("Banco")**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução n 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota Explicativa nº 2.a.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do **Banco Paulista S.A.** pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis consolidadas.

Base para abstenção de opinião

Investigações independentes

Em função do processo instaurado Ministério Público Federal (MPF) a respeito das investigações conduzidas pelas autoridades públicas federais relacionadas à operação conhecida como "Operação Lava Jato - Disfarces de Mamom", conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.c., a atual Administração do Banco concluiu investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essa Operação. A investigação contou com um comitê interno independente que orientou os trabalhos junto ao time de investigação conduzida por escritório de advocacia e empresa especializada em riscos, com seus resultados apresentados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu apenas os prestadores de serviços que constantes das investigações conduzidas por autoridades públicas federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para corroborar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) no montante de R\$ 55.586 mil, conforme Nota Explicativa nº 16.a. A RFB concluiu sua fiscalização em 3 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 31.c, e na investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas.

Conforme Nota Explicativa nº 2.c, em 10 de julho de 2020 a RFB emitiu novo auto de infração, complementar ao segundo, ajustando o auto de infração decorrente da fiscalização concluída em 03 de dezembro de 2019 em função do percentual da multa aplicada, para o qual a assessoria jurídica tem a mesma interpretação ao auto original.

Em 10 de setembro de 2020 foi deflagrada a 7ª fase da operação Lava Jato cujos alvos foram operações realizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. e a Petrobras Biocombustível S.A. (denominadas em conjunto “Petrobras”) entre o período de 12 de setembro de 2008 à 18 de março de 2011, realizadas por executivos do Banco à época, cujo objeto é o aprofundamento das investigações sobre possíveis ilícitos praticados nas áreas de câmbio dos envolvidos, Banco e empresas, em contratos que teriam sido celebrados entre as partes, levando a supostas sobretaxas das mesmas, tendo havido bloqueio de recursos dos executivos envolvidos nestas operações. A administração e sua assessoria jurídica entendem que o bloqueio realizado é suficiente para suportar eventuais cobranças decorrentes de sobretaxas praticadas, caso estas venham a ser comprovadas, sendo desnecessário provisionamento de eventuais contingências. Contudo, não houve posicionamento a respeito de eventuais ressarcimentos que possam ser requeridos pelas empresas envolvidas, denominadas Petrobras, e se poderia haver eventuais passivos a serem constituídos, não sendo possível fazê-los através de procedimentos alternativos de auditoria. Ressaltamos que as investigações independentes realizadas anteriormente pelo Banco não abrangeram a totalidade dos prestadores de serviços e, principalmente, as operações realizadas com a Petrobras, estas com o objetivo de averiguar eventuais sobretaxas praticadas, não tendo a administração iniciado processo de nova investigação sobre estes assuntos ou eventuais valores envolvidos. Nesse sentido, não nos foi possível concluir quanto a possível instauração de ação de improbidade administrativa contra o Banco e com a consequente ação de indenização, o que poderia ensejar eventuais contingências não reconhecidas nas demonstrações contábeis consolidadas do Banco findas em 31 de dezembro de 2019. Como consequência, não nos foi possível mensurarmos eventuais efeitos destas operações apontadas por esta fase da operação Lava Jato, incluindo a adequada divulgação das notas explicativas, podendo ainda requerer ou depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, sejam exigidos como parte de todo o processo de investigação deflagrados.

Assim, as investigações realizadas, por não terem abrangido a totalidade dos prestadores de serviços e as operações com a Petrobras, pode ainda depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, podendo vir a serem requeridos como parte de todo o processo de investigação deflagrado. Adicionalmente, neste momento, não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, o que pode incluir novas sanções, nem os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019 em função do estágio das investigações realizadas pelas autoridades públicas federais.

Inquérito Civil

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.c, em 30 de outubro de 2020, o Comitê de Decisão de Processo Administrativo Sancionador (“COPAS”) do BACEN, decidiu, por unanimidade, pelo arquivamento do Processo Administrativo Sancionador nº PE 157096, que havia sido instaurado para verificar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie recebidas do exterior. No entanto, o MPF, por meio do Ofício 13003/2020 instaurou o inquérito civil nº 1.34.001.007268/2019-47 com o intuito de realizar sua própria investigação sobre essas transações. A administração do Banco, suportada pelos seus assessores jurídicos avaliou que no presente momento o MPF ainda não tem elementos suficientes para embasar o ajuizamento de ação civil pública, não tendo como precisar quais as chances de que venha a ser iniciada uma ação civil pública decorrente desse procedimento. Adicionalmente, o referido inquérito civil corre em sigilo de justiça, de modo que não tivemos acesso aos autos do processo. Nesse sentido, não nos foi possível concluir sobre os possíveis impactos desse inquérito sobre as demonstrações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019, incluído a divulgação em notas explicativas, bem como sobre a necessidade de constituição de eventuais passivos contingentes.

Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior

Como procedimento de auditoria definido pela NBC TA 505 - Confirmações externas (circularizações) foram encaminhadas solicitações de confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras nas datas de 30 de junho e 31 de dezembro de 2019, as quais não foram recebidas. Ainda, conforme Nota Explicativa nº 4, em 31 de dezembro de 2019 o Banco apresenta saldo consolidado de disponibilidades em moedas estrangeiras no montante R\$ 1.354 mil para os quais, até a conclusão de nosso exame, não foram apresentadas conciliações e extratos bancários que pudessem corroborar com o referido saldo, não tendo sido possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para corroborar os saldos contabilizados. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre estes procedimentos de auditoria e sobre eventuais impactos desse assunto nas demonstrações contábeis consolidadas do Banco findas em 31 de dezembro de 2019.

Suporte das operações de câmbio em 30 de junho de 2019

Em 30 de junho de 2019 o Conglomerado possuía operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis abaixo relacionadas, sendo que até a conclusão de nosso exame não foram apresentadas documentações e controles internos adequados para suporte daqueles valores, tendo estas sido baixadas sem documentação suporte no segundo semestre de 2019:

- “Carteira de câmbio - ativo”: Saldo em 30 de junho de 2019 de R\$ 2.217 mil;
- “Devedores diversos no país”: Saldo em 30 de junho de 2019 de R\$ 37.061 mil;
- “Depósitos a vista em moeda estrangeira”: Saldo em 30 de junho de 2019 de R\$ 14.008 mil;
- “Carteira de câmbio - passivo”: Saldo em 30 de junho de 2019 de R\$ 3.435 mil;
- “Comissões a pagar sobre operações de câmbio”: Saldo em 30 de junho de 2019 de R\$ 2.119 mil;
- “Pendências a regularizar - Câmbio”: Saldo em 30 de junho de 2019 de R\$ 3.001 mil

Como consequência, não foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações e seus impactos sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco findas em 31 de dezembro de 2019.

Suporte das operações de câmbio em 31 de dezembro de 2019

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 16.c, 19 e 24 às demonstrações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019, o Banco possui operações de câmbio registradas nas rubricas contábeis “Comissões a pagar sobre operações de câmbio”, “Receitas com corretagens de câmbio” e “Regularização de valores a liquidar de câmbio”, nos montantes de R\$ 808 mil, R\$ 2.818 mil e R\$ 3.892 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentados os respectivos contratos de câmbio e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas, não tendo sido possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a sua corretas e adequadas apresentações. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações sobre as operações de câmbio e seus impactos sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco findas em 31 de dezembro de 2019.

Prejuízo com encerramento de atividades operacionais de câmbio

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24 às demonstrações contábeis consolidadas, no exercício de 2019 o Banco reconheceu contra o resultado diversas rubricas contábeis relacionadas com encerramento de atividades operacionais de câmbio, resultando em perdas de R\$ 10.293 mil, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que permitissem concluir sobre este procedimento, assim como sobre a correta competência destas transações, permitindo a aplicação do CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.007/11. Como consequência, não nos foi possível auditar os ajustes realizados, tão pouco determinar os valores envolvidos para reapresentação e seus respectivos impactos sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Créditos tributários de exercícios anteriores

Conforme Nota Explicativa nº 25 às demonstrações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019, o Banco registrou no exercício créditos tributários no montante de R\$ 13.767 mil, dos quais R\$ 2.780 mil referem-se a créditos constituídos sobre operações anteriores ao exercício de 2019, para os quais possuem competências anteriores à 2019, levando a necessidade da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução CMN 4.007/11 e a consequente reapresentação das respectivas demonstrações contábeis envolvidas. Em consonância ao assunto, até o encerramento de nosso exame, não foram procedidas as devidas retificações das obrigações acessórias junto à Receita Federal do Brasil, procedimento obrigatório para que o crédito possa ser consumado. Enquanto estes processos não forem finalizados, ficamos impossibilitados de assegurar a qualidade dos mesmos e seus possíveis efeitos sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Banco findas em 31 de dezembro de 2019.

Apuração de créditos tributários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25 às demonstrações contábeis, o Banco tem registrado saldo consolidado de créditos tributários no montante de R\$ 38.753 mil, dos quais R\$ 3.971 mil não tiveram apresentação de evidências apropriadas e suficientes para corroborar a constituição deste valor. Como consequência, o saldo de crédito tributário, o resultado do exercício e o patrimônio líquido consolidados estão superavaliados em R\$ 3.971 mil em 31 de dezembro de 2019.

Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio

Conforme Nota Explicativa nº 17.c às demonstrações contábeis, o Banco pagou juros sobre capital próprio (JCP) no montante de R\$ 4.539 mil. Entretanto, o Banco não apresentou lucro no exercício ou saldo de reservas que possibilitassem o pagamento do JCP. Adicionalmente, as ressalvas descritas nesse relatório indicam que o resultado do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2019 estão superavaliados. Como consequência, o saldo da reserva legal não está adequadamente apresentado.

Impairment sobre o Intangível

Conforme Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco possui Intangível de marcas e patentes no montante de R\$ 4.000 mil, o qual foi locado pelo prazo de 240 meses, requerendo a aplicação do CPC 01 (R1) Redução do valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 3.566/08. A administração não procedeu ao teste de recuperabilidade de seu fluxo de caixa, tendo nosso exame apontado a necessidade de reconhecimento de impairment no montante de R\$ 369 mil. Como consequência, o ativo não circulante, o patrimônio líquido e resultado consolidados referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão superavaliados em R\$ 369 mil.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

Conforme Nota Explicativa nº 8.d às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco apresenta Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa o saldo de R\$ 24.912 mil, enquanto nosso exame apontou para o montante de R\$ 29.252 mil, indicando uma subavaliação de R\$ 4.340 mil, por falta de garantia de operações e, por eventos subsequentes, terem sido totalmente provisionadas, contrariando o disposto nos CPC's 24 - Evento Subsequente e 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pelas Resoluções do CMN 3.973/11 3.823/09, respectivamente, e Resolução do CMN nº 2.682. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo e o patrimônio líquido consolidados estão superavaliados, assim como o resultado consolidado do exercício estão superavaliados em R\$ 4.340 mil.

Multas CVM

Conforme Notas Explicativas nº 16.c e 23 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco reverteu a provisão consolidada para multas por descumprimento de prazos junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no montante de R\$ 4.002 mil, entendendo que as mesmas devem ser reconhecidas quando de sua efetiva cobrança, independentemente da sua prescrição, contrariando o disposto no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução do CMN 3.823/09. Paralelo à esta questão, a provisão foi constituída em exercícios anteriores, não podendo afetar os resultados futuros após suas respectivas constituições, exceto pela sua prescrição. Como consequência o passivo circulante consolidado está subavaliado, o patrimônio líquido e o resultado consolidados do exercício estão superavaliados em R\$ 4.002 mil.

Processo Administrativo

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 2.c e 31.d, o Banco Central do Brasil instaurou processo administrativo em 13 de abril de 2018 referente a irregularidades no cumprimento dos normativos estabelecidos por essa autoridade na condução de operações de câmbio. Em julgamento realizado em 03 de agosto de 2020 foi sentenciada a aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753 mil, para a qual o Banco ingressou com recurso e os assessores jurídicos se posicionaram no sentido de que ainda não há informações suficientes para que se possa divulgar ou ainda determinar se uma provisão para perdas é requerida, de tal maneira que nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019. Como consequência, se consumada a multa o patrimônio líquido e o resultado consolidados do exercício estarão superavaliados em R\$ 9.753 mil.

Processos judiciais junto a Comissão de Valores Mobiliários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31.d às demonstrações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado é contraparte de processo administrativo aberto pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), no qual é requerida cobrança de multa imposta nos autos do processo administrativo sancionador PAS CVM 06/94, para o qual foi constituída provisão de R\$ 10.273 mil, dos quais R\$ 639 mil referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro 2019, e o montante de R\$ 2.973 mil, referem-se à exercícios anteriores. Além disso, o valor atualizado deste processo soma nesta data R\$ 11.391 mil, gerando diferença de R\$ 1.118 mil que se referem a exercícios anteriores. Desta forma, as demonstrações contábeis consolidadas anteriores à 2019 deveriam sofrer suas respectivas reapresentações, conforme previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros, aprovado pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.007/11. Como consequência, temos a Insuficiência de provisionamento no valor de R\$ 1.118 mil, com a subavaliação do passivo consolidado e superavaliação do patrimônio líquido consolidado neste valor e o resultado consolidados do exercício subavaliado em R\$ 2.973 mil e as demonstrações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2018 deveriam estar sendo reapresentadas, como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Inconsistência de atualização de processos judiciais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31.b às demonstrações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado é contraparte em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, para os quais constituiu provisão de R\$ 10.995 mil em 31 de dezembro de 2019, sendo que os assessores jurídicos avaliaram estas demandas judiciais, com prognóstico de perda provável, o montante de R\$ 14.837 mil, apresentando insuficiência de provisão no montante de R\$ 3.842 mil. Como consequência, o resultado do exercício e o patrimônio líquido consolidados estão subavaliados em R\$ 3.842 mil.

Premissas para registro do crédito tributário

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25.b às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco possui registrado em seu ativo créditos tributários no montante de R\$ 38.753 mil, para os quais elaborou estudo técnico para a realização desse montante baseado em projeções futuras, não tendo sido possível, através da aplicação de procedimentos de auditoria, obter evidência suficiente e apropriada para corroborar com as receitas projetadas utilizadas no referido estudo para realização dos créditos tributários no montante de 4.102 mil. Como consequência, não nos foi possível concluirmos sobre os efeitos destas limitações sobre a realização do crédito tributário e seus impactos sobre as demonstrações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2019.

Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco reconheceu ajuste como receita relacionado com valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda no montante de R\$ 2.983 mil, decorrentes de títulos negociados e liquidados anteriormente ao exercício de 2019. A Administração optou por não reapresentar das demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com as devidas correções necessárias, conforme previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução CMN 4.007/11. Como consequência, o resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está superavaliado em R\$ 2.983 mil.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Luro Líquido

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 25.a, em 31 de dezembro de 2019 o Conglomerado apurou Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido nos montantes de R\$ 2.981 mil e R\$ 1.344 mil, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 4.325 mil, quando nosso exame aponta para provisão de R\$ 5.751 mil, ocasionando uma diferença de R\$ 1.426 mil. Consequentemente, o passivo circulante consolidado está subavaliado em R\$ 1.426 mil, enquanto o resultado do exercício e o patrimônio líquido consolidados estão superavaliados em R\$ 1.426 mil.

Incerteza quanto a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.c, como consequência do processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 13 de abril de 2018, e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco no processo de investigação conduzida pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Disfarces de Mamom”, o Banco encerrou suas atividades no mercado de câmbio durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tendo início deste encerramento o mês de abril de 2019, com a descontinuidade das atividades de importação de reais, sendo estas operações responsáveis significativamente pela receita consolidada da intermediação financeira do Banco, conforme nota explicativa nº 1. Dentro do processo de reestruturação societária, foi homologação pelo BACEN em 03 de julho de 2020, a redução de capital do Banco com entrega aos acionistas das ações de sua subsidiária integral conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1 e, com isso, o Banco deixa de ter os resultados de equivalência patrimonial alcançado nos últimos exercícios. Estas questões, somadas à relevância dos assuntos mencionados acima relativas à procedimentos contábeis adotados pela administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que foram objeto de ressalvas descritas, requerem que a Administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, sobre o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

Ênfases

Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.a. às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco Paulista S.A. para cumprir requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 23, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco reconheceu resultado consolidado com cessões de precatórios no montante de R\$ 5.243 mil, as quais foram realizadas com partes relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Incerteza sobre realização de ativos

O Banco detinha em 31 de dezembro de 2019, cotas do Industrial Parks Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Fundo Investido”) nos montantes de R\$ 7.494 mil. As demonstrações contábeis do Fundo Investido referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2019 foram por nós auditadas, cujo relatório de auditoria emitido em 26 de julho de 2019 com o seguinte parágrafo de Incerteza relevante quanto a continuidade operacional:

“Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 4, que evidencia que o Fundo possui investimentos nas Companhias GPR Empreendimentos (GPR20), GPR Empreendimentos (GPR23), GPR Empreendimentos (GPR28) e GPR Empreendimentos (GPR29), as quais encontram-se em fase de desenvolvimento de suas operações e ciclo de receitas ainda não iniciado. A obtenção de receitas pelas Companhias depende do sucesso das operações que estão em desenvolvimento, nesse contexto, até que as operações se tornem rentáveis, as Companhias dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros. Dessa forma, a continuidade operacional das Companhias depende do sucesso do plano desenvolvido pela administração. As demonstrações contábeis das Companhias não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou os valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função da resolução desta incerteza. Nossa opinião não contém modificações em função desse assunto.”

Assim, caso as ações desenvolvidas pela Administração das Companhias Investidas pelo Fundo Investido não se materializem, o valor registrado neste investimento será diferente daquele estimado em 31 de dezembro de 2019. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais

O Banco Paulista S.A. elaborou demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria com ressalvas em 30 de julho de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes à 30 de junho de 2019

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório de auditoria foi emitido em xx de xxx de 2021 com abstenção de opinião relacionado aos seguintes assuntos:

“Investigações independentes

Ressalva com mesmo teor à ressalva descrita acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Investigações independentes”.

Documentação suporte de operações de câmbio

Operações de câmbio registrados nas rubricas contábeis “Carteira de câmbio - ativo”, “Devedores diversos no país”, “Depósitos a vista em moeda estrangeira”, “carteira de câmbio - passivo” e “Pendências a regularizar - Câmbio” nos montantes de R\$ 2.117 mil, R\$ 37.061 mil, R\$ 14.008 mil, R\$ 3.435 mil e R\$ 3.001 mil, respectivamente, para as quais não nos foram apresentadas documentações e/ou controles internos que permitissem obter outras evidências de auditoria apropriadas e suficientes que pudessem suportar os saldos contabilizados nestas rubricas.

Circularização de instituições financeiras

Confirmações das operações mantidas com outras instituições financeiras na data de 30 de junho de 2019 não recebidas.

Disponibilidades em moeda estrangeira

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, “Disponibilidades em moeda estrangeira”.

Circularizações de operações de crédito

Confirmações de operações de crédito na data de 30 de junho de 2019 não recebidas.

Reconhecimento de resultado

Reconhecimento de resultado com instrumentos financeiros derivativos e receita com prestação de serviços os valores de R\$ 12.244 mil e R\$ 32.130 mil, respectivamente, para as quais não foram apresentadas documentações e controles apropriados e suficientes que nos permitisse concluir sobre este montante, não tendo sido possível fazê-lo através de procedimentos alternativos de auditoria.

Ausência de atualização de processos judiciais

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31.b, o Conglomerado é contraparte de processo administrativo aberto pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), no qual é requerida cobrança de multa imposta nos autos do processo administrativo sancionador PAS CVM 06/94, para o qual foi constituída provisão de R\$ 6.661 mil. O parecer dos assessores jurídicos do Conglomerado indica prognóstico de perda provável neste montante, contudo nossos procedimentos de auditoria indicaram que o valor provisionado não contemplava as correções monetárias aplicáveis a esta categoria de processo, cujos montantes acumulados em 30 de junho de 2019 correspondiam a R\$ 4.421 mil, sendo R\$ 331 mil correspondente ao semestre corrente. Nesse sentido em 30 de junho de 2019, o passivo consolidado do Banco está subavaliado em R\$ 2.653 mil, líquido de efeitos tributários, enquanto o patrimônio líquido consolidado está superavaliado nesse mesmo montante. Adicionalmente, o resultado consolidado do semestre findo em 30 de junho de 2019 está superavaliado em R\$ 199 mil, líquido de efeitos tributários.

Continuidade operacional

Ressalva com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Incerteza quanto a continuidade operacional”;

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme Nota Explicativa nº 7, em 30 de junho de 2019, o Banco possuía posições ativas em instrumentos financeiros derivativos relacionados com moeda estrangeira no montante de R\$ 1.383 mil, quando os extratos de custódia emitidos pelas corretoras nas quais estas operações foram realizadas indicaram que a posição do Banco era de R\$ 2.041 mil como posição passiva. Consequentemente, em 30 de junho de 2019, o ativo circulante do Banco está superavaliado em R\$ 1.383 mil, o passivo circulante está subavaliado em R\$ 672 mil, líquido de efeitos tributários, enquanto o patrimônio líquido e o resultado do semestre findo nessa mesma data estão superavaliados em R\$ 2.055 mil, líquido dos efeitos tributários.”

Adicionalmente, o relatório de auditoria referente as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2019 continha os seguintes parágrafos de ênfases:

“Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ênfase com mesmo teor descrito acima na seção intitulada “Ênfase”, “Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial”;

Reapresentação das demonstrações contábeis

Reapresentação das demonstrações contábeis em decorrência de retificações de erro, os valores correspondentes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Resolução CMN nº4.007/11.

Incerteza relevante quanto a continuidade operacional de Fundo Investido

Ressalva com mesmo teor à ressalva descrita acima na seção intitulada “Ênfase”, “Incerteza sobre realização de ativos”.

Auditoria dos valores correspondentes à 31 de dezembro de 2018

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria emitido em 10 de janeiro de 2020, continha abstenção de opinião referente aos seguintes assuntos:

“Investigação em andamento

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.c, em função de processo administrativo aberto pelo Banco Central do Brasil em 15 de junho de 2018 e processo de investigação do Ministério Público Federal, aberto em 8 de maio de 2019, a respeito do suposto envolvimento do Banco e do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Disfarces de Mamom”, a Administração do Banco está adotando ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus colaboradores e administradores relacionados a essas alegações. Como a referida operação ainda se encontra em andamento, e as ações investigativas que estão sendo conduzidas pela Administração ainda não são conclusivas, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir sobre os eventuais impactos existentes nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Adicionalmente, neste momento, também não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial passadas e presentes.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 2 e 30.d, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinadas despesas e suas destinações, incluindo sua dedutibilidade no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - "IRPJ" e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - "CSLL" do período de 2013 a 2015. O Banco, como resultado de investigações internas, identificou pagamentos a empresas incluídas, direta ou indiretamente, na investigação "Disfarces de Mamom", durante os exercícios de 2013 a 2018. Os órgãos de governança do Banco autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais alegações e, até o presente momento, não nos foram disponibilizadas as respectivas documentações suporte de forma a aplicarmos procedimentos de auditoria e, assim concluir sobre os eventuais ajustes, caso haja, nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial."

Adicionalmente, este relatório de auditoria continha o seguinte parágrafo de ênfase:

"Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.d às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve que, em decorrência de retificações de erro, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, na Resolução CMN nº4.007/11 e no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro."

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução n 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 2.a, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.



Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

Banco Paulista S.A.

Balancos patrimoniais consolidados do Conglomerado Prudencial Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	2019	2018
Ativo			
Circulante		1.234.334	2.299.399
Disponibilidades		26.642	338.142
Em moeda nacional	4	25.288	174.600
Em moeda estrangeira	4	1.354	163.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez		665.206	1.123.251
Aplicações no mercado aberto	4/5	663.398	1.121.745
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	1.808	1.506
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		154.402	35.802
Carteira própria	6	94.493	33.581
Vinculados a operações compromissadas	6	24.813	-
Vinculados à prestação de garantias	6/7	31.849	-
Instrumentos financeiros derivativos	7	3.247	2.221
Relações interfinanceiras		17.996	22.635
Créditos vinculados		17.996	22.635
Operações de crédito		204.415	298.406
Operações de crédito - Setor privado	8	214.715	305.123
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(10.300)	(6.717)
Outros créditos		162.944	477.829
Carteira de câmbio	9	24.879	257.948
Rendas a receber	10	12.080	4.528
Negociação e intermediação de valores	11a	11.284	29.657
Diversos	11b	115.399	186.359
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(603)	(604)
(-) Provisão sem característica de concessão de crédito		(95)	(59)
Outros valores e bens		2.729	3.334
Despesas antecipadas		135	172
Outros valores e bens		2.594	3.162
Realizável a longo prazo		851.794	805.372
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		504.750	511.540
Carteira própria	6	150.071	197.671
Vinculados a operações compromissadas	6	290.685	162.234
Vinculados à prestação de garantias	6/7	63.994	151.635
Operações de crédito		277.977	237.760
Operações de crédito - Setor privado	8	291.986	243.101
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(14.009)	(5.341)
Outros créditos		69.067	56.072
Diversos	11b	69.067	56.072

	Notas Explicativas	2019	2018
Ativo--Continuação			
Permanente		<u>11.834</u>	<u>11.278</u>
Investimentos		<u>2.589</u>	<u>2.080</u>
Outros investimentos		2.841	2.332
(-) Provisões para perdas		(252)	(252)
Imobilizado de uso		<u>2.743</u>	<u>3.016</u>
Imóveis de uso		957	957
Outras imobilizações de uso		10.396	10.816
(-) Depreciações acumuladas		(8.610)	(8.757)
Intangível		<u>6.502</u>	<u>6.182</u>
Ativos intangíveis	12	11.625	10.484
(-) Amortizações acumuladas	12	(5.123)	(4.302)
Total do ativo		<u><u>2.097.962</u></u>	<u><u>3.116.049</u></u>

	Notas Explicativas	2019	2018
Passivo			
Circulante		1.412.022	2.404.542
Depósitos		297.933	512.551
Depósitos à vista	13	138.474	158.573
Depósitos interfinanceiros	13	15.232	6.452
Depósitos a prazo	13	144.227	347.526
Captações no mercado aberto		813.119	1.176.100
Carteira própria	14	260.848	143.036
Carteira de terceiros	14	552.271	1.033.064
Recursos de aceites e emissão de títulos		29.602	65.932
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias	15	29.602	65.932
Relações interdependências e interfinanceiras		608	101.557
Correspondentes		608	636
Recursos em trânsito de terceiros		-	100.921
Obrigações por empréstimos e repasses		7.218	43.668
Obrigações em moeda estrangeira	15	-	35.197
Repasses no País - instituições oficiais	15	7.218	8.471
Outras obrigações		263.542	504.734
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1	1.862
Carteira de câmbio	9	13.123	252.114
Fiscais e previdenciárias	16a	16.973	30.037
Sociais e estatutárias	17c	681	-
Negociação e intermediação de valores	11a	195.606	181.049
Diversas	16c	37.158	39.672
Exigível a longo prazo		466.201	482.088
Depósitos		288.907	359.582
Depósitos a prazo	13	288.907	359.582
Recursos de aceites e emissão de títulos		98.209	31.612
Recursos e letras imobiliárias, hipotecárias	15	98.209	31.612
Outras obrigações		79.085	90.894
Fiscais e previdenciárias	16a	26.694	42.352
Dívida subordinada	16b	31.063	29.060
Diversas	16c	21.328	19.482
Patrimônio Líquido		219.739	229.419
Capital Social - Domiciliado no país	17	206.300	193.500
Aumento de capital		-	12.800
Reservas de lucros		1.218	9.077
Participação de não controladores		10.439	10.685
Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Derivativos		1.782	3.357
Total do passivo		2.097.962	3.116.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração do resultado consolidado do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	Notas Explicativas	2º semestre	2019	2018
Receitas de intermediação financeira		86.277	268.991	406.763
Operações de crédito	8h	27.531	62.805	67.639
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	5/6	39.051	98.317	136.185
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	(13.348)	(1.173)	(5.466)
Resultado com operações de câmbio		33.043	109.042	208.405
Despesas de intermediação financeira		(62.301)	(141.827)	(157.136)
Despesas de captação no mercado	18	(37.232)	(103.458)	(133.391)
Operações de empréstimos e repasses		(15.015)	(24.304)	(20.922)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8e	(10.054)	(14.065)	(2.823)
Resultado bruto de intermediação financeira		23.976	127.164	249.627
Outras receitas (despesas) operacionais		(61.646)	(135.149)	(202.636)
Receitas de prestação de serviços	19	111.585	217.390	189.998
Despesas de pessoal	20	(72.668)	(143.990)	(121.514)
Outras despesas administrativas	21	(75.068)	(164.816)	(172.464)
Despesas tributárias	22	(13.799)	(30.440)	(30.690)
Outras receitas operacionais	23	18.382	35.233	26.197
Outras despesas operacionais	24	(30.078)	(48.526)	(94.163)
Resultado operacional		(37.670)	(7.985)	46.991
Resultado não operacional		1.338	1.899	(1.479)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(36.332)	(6.086)	45.512
Imposto de renda e contribuição social	25	19.313	9.442	(42.844)
Provisão para imposto de renda		4.172	(2.981)	(21.007)
Provisão para contribuição social		2.434	(1.344)	(17.755)
Ativo fiscal diferido		12.707	13.767	(4.082)
Participações estatutárias no lucro		(125)	(6.922)	(3.101)
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício		(17.144)	(3.566)	(433)
Juros sobre capital próprio provisionado		-	-	(15.107)
Lucro por lote de mil ações - R\$		(57,52)	(11,97)	(1,45)
Lucro líquido do exercício de controladores		(17.692)	(3.320)	(473)
Lucro líquido do exercício de não controladores		548	(246)	40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado	Lucros / Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido de controladores	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	177.000	16.500	9.109	15.548	1.855	-	220.012	14.645	234.657
Transferência para aumento de capital	16.500	(16.500)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	12.800	-	-	-	-	12.800	-	12.800
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(473)	(473)	40	(433)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(15.107)	(15.107)	-	(15.107)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	1.084	-	1.084	-	1.084
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	418	-	418	-	418
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	(32)	(15.548)	-	15.580	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	193.500	12.800	9.077	-	3.357	-	218.734	10.685	229.419
Mutações no exercício	16.500	(3.700)	(32)	(15.548)	1.502	-	(1.278)	(3.960)	(5.238)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	193.500	12.800	9.077	-	3.357	-	218.734	10.685	229.419
Transferência para aumento de capital	12.800	(12.800)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(3.320)	(3.320)	(246)	(3.566)
Reserva de lucros	-	-	719	13.654	-	-	14.373	-	14.373
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.539)	-	-	(4.539)	-	(4.539)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	-	(1.857)	-	(1.857)	-	(1.857)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos - Controlada	-	-	-	-	282	-	282	-	282
Realização de reservas	-	-	(8.578)	(9.115)	-	3.320	(14.373)	-	(14.373)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	206.300	-	1.218	-	1.782	-	209.300	10.439	219.739
Mutações no exercício	12.800	(12.800)	(7.859)	-	(1.575)	-	(9.434)	(246)	(9.680)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados do Conglomerado Prudencial - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Exercícios		
	2º semestre	2019	2018
Lucro líquido ajustado do exercício	(17.195)	1.412	16.254
(Prejuízo) do exercício	(17.144)	(3.566)	(433)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa líquido	(51)	4.978	16.687
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8e)	10.054	14.065	2.823
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.707)	(13.767)	4.082
Depreciações e amortizações (Nota 24)	731	1.578	1.340
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(76)	(171)	(197)
Outras atualizações monetárias	-	-	264
Reversão de depósitos judiciais	495	703	-
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.086)	(3.156)	(3.944)
Provisões para contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	4.574	5.859	12.232
Provisão para fianças	(36)	(133)	87
Varição de ativos e passivos			
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	(302)	30.296
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(107.671)	(112.359)	(32.767)
(Redução) em relações interfinanceiras e interdependência	(38.730)	(96.310)	(52.158)
Redução (aumento) em operações de crédito	(69.624)	39.709	(103.661)
Redução (aumento) em outros créditos	75.904	315.125	(150.477)
Redução (aumento) em outros valores e bens	(74)	605	(212)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(2.226)	(1.026)	(1.243)
(Redução) aumento de obrigações por operações compromissadas	183.572	(362.981)	261.160
(Redução) aumento em depósitos	(83.155)	(285.294)	57.841
(Redução) aumento em fiscais e previdenciárias	(10.670)	(28.722)	55.762
(Redução) aumento em outras obrigações	(73.075)	(228.851)	41.520
Caixa líquido (aplicado nas) gerado das atividades operacionais	(142.944)	(758.994)	122.315
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado de uso	(626)	(1.139)	(1.586)
Aplicações no intangível	(356)	(1.194)	(1.454)
Alienações no imobilizado	269	655	21
Baixas no intangível	53	53	1.400
Aplicações em Investimentos	(131)	(509)	(45)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(791)	(2.134)	(1.664)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital (Nota 17)	-	-	12.800
Juros sobre o capital próprio (Nota 17c)	(4.539)	(4.539)	(15.107)
Dividendos	-	-	(4.000)
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	10.299	30.267	(8.686)
(Redução) aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(2.872)	(36.450)	5.139
Aumento (redução) em dívida subordinada	968	2.003	(36.347)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	3.856	(8.719)	(46.201)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(139.879)	(769.847)	74.450
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	829.919	1.459.887	1.385.437
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	690.040	690.040	1.459.887
	(139.879)	(769.847)	74.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco Paulista S.A. (“Banco”) é uma sociedade de capital fechado, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte e na prestação de serviços, de custódia e administração de fundos e de estruturação de operações para venda e distribuição.

A controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Singulare”) (anteriormente denominada “SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.”) está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos.

A Paulista - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Securitizadora”), que também faz parte do Conglomerado Prudencial foi constituída em 24 de dezembro de 2008 e tem como objeto social, a aquisição, mediante cessão de créditos financeiros oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade mercantil, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimo e pela Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução nº 2.686/00, do conselho Monetário Nacional e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de sua controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores, sendo que a partir de 2020, com a reorganização societária envolvendo Banco e Singulare conforme descrito na nota explicativa nº 34, a Singulare deixará de fazer parte desse contexto de conjunto de instituições.

Em virtude do descrito na Nota 2 a seguir, no segundo semestre de 2019 o Banco descontinuou a operação de câmbio e se reestruturou administrativamente e em termos de Governança, dando foco na sua carteira de crédito e prestação de serviços, além de buscar constantemente novas oportunidades de negócios com base nas expectativas de mercado, haja vista possuir estrutura para tanto, que no momento não é possível ser definida pela administração.

Tendo em vista a relevância dos assuntos mencionados acima, a administração continua adotando medidas imediatas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional, como por exemplo, a adequação de sua estrutura organizacional, em função da descontinuidade da operação de câmbio, sob o risco de não tê-la caso não obtenha sucesso em suas medidas.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

- a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e Banco Central do Brasil (“BACEN”) e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

Essas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco, da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., visto que a Resolução nº 4.280/13 do Banco Central do Brasil determina que as entidades securitizadoras de crédito sob controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum da instituição líder do conglomerado financeiro (Banco Paulista S.A.), devem ser consolidadas. As demonstrações contábeis do conglomerado prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, sendo estas revisadas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.

A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 24 de fevereiro de 2020.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

a.1) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial contemplam as operações do Banco, que inclui sua controlada e entidade securitizadora conforme requerido pela Resolução nº 4.280/13 do Banco Central do Brasil, destacadas a seguir:

	<u>Participação</u>
Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100%
Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	-

No processo de consolidação das demonstrações contábeis do conglomerado prudencial foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis individuais do Banco e de sua controlada direta (Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) foram publicadas respectivamente em 31 de julho de 2020 e 17 de agosto de 2020 no jornal "O Dia São Paulo".

A Resolução nº 4.280/13 do Banco Central do Brasil, que determina que as entidades securitizadoras de crédito sob controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum da instituição líder do conglomerado financeiro, devem ser consolidadas nas demonstrações contábeis do conglomerado prudencial. Diante disso a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros foi apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas.

- b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
- c) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis de 2018:
- em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco. Em agosto de 2020 o Banco Central julgou o processo e decidiu pela aplicação de multa pecuniária (vide nota explicativa 31.d);

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

- Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide notas explicativas 16.a e 34);
- Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, na qual o Ministério Público Federal e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;
- Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 31.c, foi encerrada a fiscalização da RFB. Apesar de encerrada a fiscalização, em julho de 2020, a administração tomou conhecimento de auto de infração complementar, em que a receita Federal, por ter aplicado erroneamente a multa no auto original de dezembro de 2019, lavrou esse auto complementar, para o qual o Banco já tomou as providências para impugná-lo;
- Em julho de 2020 o BACEN aprovou reorganização societária envolvendo o Banco e a Singulare, conforme descrito na nota explicativa nº 34.
- Em setembro de 2020, o Banco foi novamente alvo da operação Lava Jato através da 74ª fase, onde houve busca e apreensão de dados relacionados com operações de câmbio realizadas com a Petrobrás, no período de 2008 a 2011, com a alegação de terem sido realizadas com sobretaxa, para as quais o Banco Paulista prontamente se colocou à disposição para prestar esclarecimentos e fornecer as informações necessárias, sendo que até o momento nada de concreto foi apurado e, por este motivo, não acionou seu corpo jurídico e não procedeu ao levantamento das operações e seus possíveis efeitos.
- Em outubro de 2020, o BACEN decidiu pelo arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador PE 157096 que havia sido instaurado para verificar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco Paulista no exterior em contrapartida a reais em espécie recebidas do exterior.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

- Sobre o mesmo assunto, o MPF, em procedimento cível, encaminhou ofício solicitando esclarecimentos ao Banco que, no momento oportuno, apresentará manifestação. O Banco informará acerca do arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador acima mencionado.

A atual gestão do Banco Paulista desconhece as operações investigadas e reafirma que a Instituição sempre se pautou pela legalidade e segue todas as normas e diretrizes do Banco Central do Brasil.

Considerando os acontecimentos descritos, a Administração destituiu e demitiu do Banco diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do Banco e membros independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo sobre as operações objeto da 61ª fase da “Operação Lava Jato”, denominada “Disfarces de Mamom”, zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação. Esta investigação não abrangeu todas as operações realizadas pela área de câmbio, tão pouco as operações com a Petrobrás.

No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.

Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:

- o objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco Paulista e terceiros, considerando todas as empresas constantes dos processos instaurados pelo MPF, Bacen e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;
- foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

- também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com sua potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de *background check* as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas.

O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:

- revisão do sistema de governança;
- criação de um Canal de Ética;
- contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- sistema de monitoramento de transações; e
- novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 16.a e da 74ª fase da operação Lava Jato, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão restrita ao departamento de câmbio.

A administração e sua assessoria jurídica entendem que não existem, até o momento da divulgação destas Demonstrações Contábeis, elementos, fatos ou circunstâncias que imputem ao Banco, em decorrência da importação de moedas e 74ª fase da operação Lava Jato, qualquer contingência que justifique o provisionamento de qualquer valor, haja vista que:

- o Banco não foi alvo de medidas coercitivas nos processos criminais em andamento;
- nesses processos, quando apontado eventual prejuízo nos autos, houve o bloqueio de bens das pessoas físicas citadas;
- para que seja cabível a propositura de ação civil pública por improbidade administrativa tendo por objeto a operação de importação de moeda estrangeira, seria necessário que fosse comprovada a existência de ato ilícito causador de prejuízo. Considerando o arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador pelo BACEN, são consideradas remotas as chances de condenação de ação civil pública por improbidade.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Operações de futuros** - os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- **Operações de swap** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) Negociação e intermediação de valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Operações de crédito e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 8.

Os direitos creditórios da Paulista Companhia Securitizadora S.A. referem-se a operações de crédito vencidas que foram adquiridas sem coobrigação e foram registrados pelos seus valores nominais ou baseados em laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

g) Operações de câmbio

São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base *pro rata* dia), as variações cambiais auferidas, e constituição de perdas estimadas, quando aplicável, nos termos da Resolução nº 2.682/99. Estas operações foram descontinuadas durante o 2º semestre de 2019 conforme descritos na nota explicativa nº 1.

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

j) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Correntes

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Diferidos

Os tributos diferidos foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

Securitizadora

Em relação a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. o imposto de renda é determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

n) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados “pro-rata” dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

o) Lucro ou prejuízo por ação

O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades - Em moeda nacional	25.288	174.600
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	1.354	163.542
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	663.398	1.121.745
Caixa e equivalentes de caixa	<u>690.040</u>	<u>1.459.887</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Aplicações no mercado aberto

	<u>2019</u>		<u>2018</u>
	<u>1 a 30 dias</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada:	<u>111.127</u>	<u>111.127</u>	<u>88.681</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	3.560
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.400	13.400	70.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	97.727	97.727	15.121
Posição financiada:	<u>552.271</u>	<u>552.271</u>	<u>1.033.064</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	998.186
Notas do Tesouro Nacional - NTN	552.271	552.271	34.878
Total	<u>663.398</u>	<u>663.398</u>	<u>1.121.745</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o resultado com operações compromissadas foi de R\$ 50.919 (R\$ 75.992 em 2018).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2019	2018
Vencimento até 90 dias	1.808	1.506
Total	1.808	1.506

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 21 (R\$ 734 em 2018).

6. Títulos e valores mobiliários

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2019		2018	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Títulos para negociação				
Carteira própria - livres	48.876	48.181	32.089	33.581
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.668	14.304	977	977
Letras do Tesouro Nacional - LTN	400	400	372	375
Notas do Tesouro Nacional - NTN	469	581	597	615
Títulos da Dívida Agrária - TDA	133	109	4	3
Cotas de Fundos de Investimento	15.832	15.832	15.366	15.366
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	9.585	9.585	4.492	4.492
Ações de Companhias Abertas	635	2.216	1.253	2.725
Debêntures	2	2	-	-
Aplicações em TVM no exterior	1.720	1.720	9.027	9.027
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.225	3.225	1	1
Letra de câmbio	196	196	-	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	2	2	-	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	9	9	-	-
Vinculados a operações compromissadas	7.557	7.557	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.557	7.557	-	-
Total de títulos para negociação	56.433	55.738	32.089	33.581
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria - livres	192.556	196.593	197.614	197.671
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	160.438	162.820	174.273	174.301
Letras do Tesouro Nacional - LTN	258	260	241	242
Notas do Tesouro Nacional - NTN	23.778	25.448	671	698
Títulos da Dívida Agrária - TDA	99	82	24	19
Cotas de Fundos de Investimento	7.983	7.983	22.405	22.411
Vinculados a operações compromissadas	310.201	310.306	162.211	162.234
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	310.201	310.306	162.211	162.234

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019		2018	
	Custo (i)	Mercado (ii)	Custo (i)	Mercado (ii)
Vinculados à prestação de garantias	93.262	93.268	151.612	151.635
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	68.416	68.422	127.952	127.975
Cotas de Fundos de Investimento	24.846	24.846	23.660	23.660
Total de títulos disponíveis para venda	596.019	600.167	511.437	511.540
Total	652.452	655.905	543.526	545.121

(i) Valor de custo

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição.

(ii) Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento

	2019					Total	2018 Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos		
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	8.197	13.664	21.861	977
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	400	-	-	-	400	375
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	581	581	615
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	-	1	108	109	3
Ações de Companhias Abertas	2.216	-	-	-	-	2.216	2.725
Aplicações em TVM no exterior	-	1.720	-	-	-	1.720	9.027
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	-	3.225	3.225	1
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	-	-	3.699	5.886	9.585	4.492
Debêntures	-	-	-	2	-	2	-
Cotas de Fundo de Investimento	15.832	-	-	-	-	15.832	15.366
Letras de câmbio	-	-	-	196	-	196	-
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	-	-	2	-	2	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	-	-	9	-	9	-
Total de títulos para negociação (i)	18.048	2.120	-	12.106	23.464	55.738	33.581
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.874	60.453	217.228	261.993	541.548	464.510
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	260	-	-	260	242
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	718	24.730	25.448	698

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019					Total	2018
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos		Total
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	-	1	1	80	82	19
Cotas de Fundo de Investimento	32.829	-	-	-	-	32.829	46.071
Total de títulos disponíveis para venda (i)	32.829	1.874	60.714	217.947	286.803	600.167	511.540
Total	50.877	3.994	60.714	230.053	310.267	655.905	545.121

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 47.377 (R\$ 59.459 em 2018).

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundo, na B3.

Não houve reclassificação de categoria de títulos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.

Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	2019				2018			
	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido
Termos (NDF)	71.494	3.247	-	3.247	321.366	2.221	-	2.221
Total	71.494	3.247	-	3.247	321.366	2.221	-	2.221

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

a) Composição analítica das operações (NDF)

<u>Descrição</u>	<u>Valor referencial</u>	<u>Valor patrimonial a receber / (a pagar)</u>
Termo		
USD x XAU	23.529	22
Real x USD	47.965	3.215
Total	71.494	3.237

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>			<u>Total</u>	<u>2018</u>
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>		<u>Total</u>
Contratos a termo - NDF	-	3.247	-	3.247	2.221

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.

O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 31 de dezembro de 2019, o valor referencial de R\$ 94.577 (R\$ 300.176 em 2018), tendo sido apurado um ajuste a receber de R\$ 348 (em 2018 a receber R\$ 779).

Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.693	37.581
Cotas de Fundos	1.360	25.979
	17.053	63.560

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão demonstrados a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Futuros	(1.320)	(15.857)
Operações a termo - NDF	147	10.391
	<u>(1.173)</u>	<u>(5.466)</u>

8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

a) Por tipo de operação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	292.411	412.260
Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	214.290	135.964
	<u>506.701</u>	<u>548.224</u>
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação (nota 11b)	60.325	72.175
	<u>60.325</u>	<u>72.175</u>
Total das operações de crédito	<u>567.026</u>	<u>620.399</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(24.309)	(12.058)
Perdas estimadas com outros créditos de liquidação duvidosa	(603)	(604)
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(24.912)</u>	<u>(12.662)</u>
	<u>542.114</u>	<u>607.737</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

b) Por setor de atividade

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Setor privado		
Indústria	133.076	172.998
Comércio	236.663	184.371
Serviços	188.396	244.532
Pessoas físicas	8.891	18.498
Total	<u>567.026</u>	<u>620.399</u>

c) Por faixa de vencimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Parcelas vencidas	26.077	4.709
Parcelas vincendas		
até 90 dias	75.741	92.000
de 91 dias a 180 dias	78.864	138.688
de 181 dias a 360 dias	94.358	141.901
acima de 360 dias	291.986	243.101
Total	<u>567.026</u>	<u>620.399</u>

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	<u>Saldos da carteira</u>					
	<u>2019</u>				<u>2018</u>	
	<u>Curso normal</u>	<u>Vencidas</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
A	52.121	-	52.121	9,19	35.739	5,76
B	443.556	-	443.556	78,23	479.686	77,32
C	38.043	-	38.043	6,71	91.628	14,77
D	3.106	1.420	4.526	0,80	2.724	0,44
E	4.122	-	4.122	0,73	7.497	1,21
F	-	14.531	14.531	2,56	1.078	0,17
G	-	21	21	-	563	0,09
H	1	10.105	10.106	1,78	1.484	0,24
	540.949	26.077	567.026	100,00	620.399	100,00

Nível	<u>Provisão</u>						
	<u>2019</u>					<u>2018</u>	
	<u>% de provisão</u>	<u>Curso normal</u>	<u>Vencidas</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
A	0,5	261	-	261	1,05	178	1,41
B	1,0	4.435	-	4.435	17,80	4.797	37,89
C	3,0	1.141	-	1.141	4,58	2.749	21,70
D	10,0	311	142	453	1,82	272	2,16
E	30,0	1.236	-	1.236	4,96	2.249	17,76
F	50,0	-	7.265	7.265	29,16	539	4,26
G	70,0	-	15	15	0,06	394	3,10
H	100,0	1	10.105	10.106	40,57	1.484	11,72
		7.385	17.527	24.912	100,00	12.662	100,00

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

e) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo no início do exercício	12.662	10.248
Constituições líquidas	14.065	2.823
Baixas de créditos contra prejuízo	(1.815)	(409)
Saldo no final do exercício	24.912	12.662

f) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 7.562 (R\$ 8.271, em 2018).

Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, totalizam R\$ 1.229 (R\$ 2.097, em 2018).

g) Cessões de crédito

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

h) Rendas com operações de crédito

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empréstimos e títulos descontados	45.284	49.036
Financiamentos	16.180	16.337
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.229	2.097
Adiantamentos a depositantes	112	169
Total do resultado com operações de crédito	62.805	67.639

9. Carteira de câmbio

Ativo	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	18.909	144.804
Direitos sobre venda de câmbio	5.970	113.373
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebidos	-	(229)
	<u>24.879</u>	<u>257.948</u>
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	13.123	108.100
Obrigações por compra de câmbio	-	144.014
	<u>13.123</u>	<u>252.114</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

10. Rendas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Taxas administrativas de fundos	3.895	3.033
Taxas de custódia de fundos a receber	5.885	-
Taxas diversas de Bolsa	1.512	114
Corretagens de câmbio a receber	9	730
IR fundos e clubes	-	521
Outros	779	130
	<u>12.080</u>	<u>4.528</u>

11. Outros créditos - diversos

a) Negociação e intermediação de valores

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Outros</u>	<u>Outras</u>	<u>Outros</u>	<u>Outras</u>
	<u>Créditos</u>	<u>Obrigações</u>	<u>Créditos</u>	<u>Obrigações</u>
Caixa de registro e liquidação	-	4.830	3.069	138
Bolsas - Depósito em garantia	4.449	-	21.507	-
Op. com mercadorias e ativos financeiros a liquidar	472	-	481	-
Devedores/credores - Conta "Liquidações pendentes"	6.363	127.345	4.600	130.931
Operações com empréstimos em ouro	-	61.099	-	48.228
Comissões e corretagens a pagar	-	2.332	-	1.752
	<u>11.284</u>	<u>195.606</u>	<u>29.657</u>	<u>181.049</u>

b) Diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Impostos a compensar	43.129	26.458
Adiantamento para pagamento de nossa conta	100	-
Créditos tributários (nota 25b)	3.345	4.471
Taxas de custódia de fundos a receber	-	4.808
Recursos antecipados de câmbio	-	7.472
Devedores diversos no país (ii)	6.519	69.659
Devedores por depósitos em garantia (nota 31b)	1.641	902
Títulos e créditos a receber (i)	60.325	72.175
Outros	340	414
	<u>115.399</u>	<u>186.359</u>
Realizável a longo prazo		
Créditos tributários (nota 25b)	35.831	25.626
Devedores por depósito em garantia (nota 31b)	23.441	23.886
Títulos e créditos a receber (i)	9.770	6.535
Outros	25	25
	<u>69.067</u>	<u>56.072</u>

(i) Inclui o montante de R\$ 60.325 (R\$ 72.175 em 2018) relativo a Direitos Creditórios sem coobrigação (nota 8a);

(ii) Recursos antecipados de câmbio e taxas de custódia de fundos.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

12. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	31/12/2019	31/12/2018
Software	20%	7.625	(5.123)	2.502	2.182
Outros intangíveis (*)	-	4.000	-	4.000	4.000
	-	11.625	(5.123)	6.502	6.182

(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os direitos autorais para a exploração de novo produto.

13. Depósitos

a) Por prazo de vencimento:

	2019				Total	2018
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias		Total
A vista - Moeda nacional	138.438	-	-	-	138.438	121.063
A vista - Moeda estrangeira	36	-	-	-	36	37.510
Interfinanceiros	-	15.232	-	-	15.232	6.452
A prazo	-	30.178	114.049	288.907	433.134	707.108
	138.474	45.410	114.049	288.907	586.840	872.133

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com “Depósitos” foram de R\$ 44.832 (R\$ 48.976 em 2018) e as despesas com o “Fundo Garantidor de Crédito” foram de R\$ 971 (R\$ 1.055 em 2018). (nota 18)

b) Taxa média praticada:

	2019		2018	
	Pré	Pós	Pré	Pós
Interfinanceiros	n/a	99,02	n/a	99,05
A prazo	9,77	109,10	6,88	110,12

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14. Captações no mercado aberto

	2019		2018
	De 1 a 30 dias	Total	Total
Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	260.848	260.848	143.036
	260.848	260.848	143.036
Carteira de terceiros			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	998.186
Notas do Tesouro Nacional - NTN	552.271	552.271	34.878
	552.271	552.271	1.033.064
Total	813.119	813.119	1.176.100

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com “Captações no Mercado aberto” foram de R\$ 49.129 (R\$ 74.178 em 2018). (nota 18).

15. Obrigações por empréstimos e repasses e Recursos de aceites e emissão de títulos

	2019					Total	2018
	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		Total
Obrigações por empréstimos							
Empréstimos no exterior (i)	-	-	-	-	-	-	35.197
Obrigações por repasses							
Repasses do país - Instituições Oficiais (ii)	7.218	-	-	-	-	7.218	8.471
Recursos de aceites e emissão de títulos							
Obrigações por emissões de Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (iii)	-	9.695	6.056	13.851	64.204	93.806	75.845
Obrigações por emissões de Letras de Créditos Imobiliários - LCI (iv)	-	-	-	-	32.928	32.928	20.691
Obrigações por emissões de Letras Financeiras (v)	-	-	-	-	1.077	1.077	1.008
	7.218	9.695	6.056	13.851	98.209	135.029	141.212

(i) Os empréstimos no exterior são efetuados com intuito de terem seus recursos destinados a aplicações em operações de câmbio, estão sujeitos a taxas de juros prefixadas. A taxa praticada foi de 4,5% a 4,75% ao ano, dependendo dos volumes, prazos e condições de mercado;

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

- (ii) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH;
- (iii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi de 95% a 100% do CDI;
- (iv) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com o acionista majoritário do Banco;
- (v) Referem-se as Letras Financeiras (LF). A taxa praticada foi de 115,50% do CDI com vencimento em 08/11/2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com “Recursos de Aceites e emissão de Títulos” foram de R\$ 6.453 (R\$ 5.762 em 2018). (nota 18)

16. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher (i)	15.779	18.305
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 25b)	423	104
Impostos e contribuições sobre os lucros	771	11.628
	<u>16.973</u>	<u>30.037</u>
Exigível a longo prazo		
Impostos e contribuições a recolher (i)	26.694	36.293
Provisão para impostos e contribuições diferidos (nota 25b)	-	6.059
	<u>26.694</u>	<u>42.352</u>

(i) Referem-se a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R\$ 43.528, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) Dívidas subordinadas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Exigível a longo prazo		
Dívidas subordinadas elegíveis à capital (i) (nota 26)	31.063	29.060
	<u>31.063</u>	<u>29.060</u>

(i) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13, com prazo total de 6 anos. A taxa remuneratória desta operação é de 115,00% do CDI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas com “Dívidas Subordinadas” foram de R\$ 2.073 (R\$ 3.420 em 2018). (nota 18)

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

c) Diversas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Comissões a pagar sobre operações de câmbio	808	1.592
Despesas de pessoal	3.623	2.087
Honorários advocatícios a pagar	54	-
Provisões para pagamentos a efetuar (i) (nota 23)	5.983	11.522
Pendências a regularizar - Câmbio	18.719	15.406
Corretagens a creditar - Câmbio	-	2.100
Encargos sobre recursos recebidos - PSH	9	9
Provisões para fianças prestadas (nota 28)	814	681
Outras despesas administrativas	2.801	754
Taxa depositária do Tesouro Nacional	-	1.618
Provisões sobre valores a receber	35	55
Obrigações por aquisição de bens e direitos	20	-
Outros valores a pagar	4.292	3.848
	<u>37.158</u>	<u>39.672</u>
Exigível a longo prazo		
Provisões para pagamentos a efetuar	60	106
Provisões para passivos contingentes - Trabalhistas (nota 31b)	1.155	921
Provisões para passivos contingentes - Cíveis (nota 31b)	6.790	6.137
Provisões para passivos contingentes - Fiscais (nota 31b)	3.050	5.657
Provisões para passivos contingentes - Outros (nota 31b)	10.273	6.661
	<u>21.328</u>	<u>19.482</u>

- (i) A redução desta conta refere-se, substancialmente, à Reversão de Provisões com multas CVM no montante R\$ 4.002. O Banco atuava como agente custodiante de diversos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCS), administrados pela Singulare, até o exercício de 2017, quando esta atividade passou a ser executada pela Singulare. Como custodiante destes fundos de investimento, o Banco era responsável pela elaboração e envio das suas demonstrações contábeis à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Administração decidiu por reconhecer essas multas somente quando for notificada pela CVM, realizando, assim, a reversão da provisão.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2018 foi deliberada a elevação do Capital Social de R\$ 193.500 para R\$ 206.300, com integralização em dinheiro pelos acionistas no montante de R\$ 12.800, correspondentes à emissão de 6.400.000 ações ordinárias e 6.400.000 ações preferencias, sem valor nominal, todas nominativas. Esse aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2019.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 206.300 (R\$ 193.500 em 2018), é representado por 298.031.760 ações nominativas (298.031.760 em 2018), sem valor nominal, divididas em 149.015.880 (149.015.880 em 2018) ações ordinárias e 149.015.880 (149.015.880 em 2018) ações preferenciais.

b) Participação de não controladores

A participação de não controladores consiste na consolidação da Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, conforme Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional, visto que possui controle operacional efetivo comum exercido pela instituição líder do conglomerado financeiro (Banco Paulista S.A.).

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No exercício de 2019 foram pagos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 4.539 (R\$ 15.107 em 2018) e não houve distribuição de dividendos (R\$ 4.000 em 2018).

d) Reservas de lucros e prejuízos acumulados

Conforme Resolução nº 3.605/08, o lucro apurado e não distribuído no exercício deve ser destinado à conta de reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2019 o prejuízo no exercício foi de R\$ 3.566 (prejuízo de R\$ 433 em 2018).

e) Reserva legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. Em dezembro de 2019, R\$ 8.578 foram utilizados para absorção do prejuízo do exercício, remanescendo o saldo de R\$ 1.218.

f) Reserva estatutária

O lucro remanescente, após destinação da Reserva Legal, foi destinado em sua totalidade para a Reserva Estatutária, tendo em vista a Administração entender adequada a retenção de lucros em função do momento conturbado, conforme descrito na Nota 2.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

18. Despesas de captação no mercado

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos a prazo (nota 13)	37.909	43.392
Captações no mercado aberto (nota 14)	49.129	77.652
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (nota 13)	971	1.055
Depósitos interfinanceiros (nota 13)	4.118	1.867
Letras financeiras (nota 16b e 26)	2.073	3.420
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (nota 15 e 26)	4.401	4.044
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (nota 15 e 26)	2.052	1.718
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras (nota 13)	2.805	243
	<u>103.458</u>	<u>133.391</u>

19. Receitas de prestação de serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Corretagens em operações em bolsas	26.785	19.399
Comissão de colocação de títulos	7.088	5.885
Corretagens de câmbio	2.818	3.869
Tarifas de operações de câmbio	2.311	6.638
Tarifas de serviços bancários	59.292	55.830
Serviços de custódia	68.892	58.316
Administração de fundos de investimento	43.959	35.495
Outros serviços	6.245	4.566
	<u>217.390</u>	<u>189.998</u>

20. Despesas de pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Proventos	75.992	60.842
Encargos sociais	31.406	26.654
Benefícios	15.344	14.021
Honorários	19.938	18.611
Treinamentos	1.219	1.302
Remuneração de estagiários	91	84
	<u>143.990</u>	<u>121.514</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

21. Outras despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Transportes de numerários - Câmbio	27.812	57.730
Transportes de numerários - Outros	1.580	2.051
Serviços técnicos especializados	41.626	31.477
Processamento de dados	37.234	32.149
Aluguéis	6.562	5.969
Sistema financeiro	32.415	25.149
Comunicações	2.071	1.513
Serviços de terceiros	3.074	2.914
Emolumentos cartorários	1.129	1.340
Serviços de vigilância e segurança	236	227
Materiais	221	263
Propaganda e publicidade	1.325	1.405
Promoções e relações públicas	476	219
Outras	9.055	10.058
	<u>164.816</u>	<u>172.464</u>

22. Despesas tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	9.479	8.592
Contribuição à COFINS	14.695	17.854
Contribuição ao PIS	2.388	2.901
Outras	3.878	1.343
	<u>30.440</u>	<u>30.690</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

23. Outras receitas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recuperação de encargos e despesas	1.563	1.926
Recuperação de créditos baixados em prejuízo	413	49
Encargos sobre saldos devedores de clientes	386	390
Rendas de garantias prestadas	400	308
Variações monetárias ativas	2.056	4.770
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	2.399	1.874
Variações monetárias sobre depósitos judiciais (nota 31b)	171	197
Variações monetárias sobre garantias	500	107
Outras receitas de fundos	557	6
Reversão de provisões para riscos cíveis	112	3.225
Reversão de provisões para riscos trabalhistas	362	1.343
Reversão de provisões para riscos fiscais	2.682	-
Reversão de provisões de fianças	2	48
Juros sobre capital - Ações	39	71
Receitas de verbas indenizatórias previdenciárias	2	1.176
Variações cambiais de depósitos em moeda estrangeiras	6.789	7.030
Variação cambial com empréstimo no exterior	2.078	68
Reversão de provisões de processo RFB - Juros	1.771	-
Reversão de provisão indedutível (i)	4.002	1.243
Reversão de provisão de contingências (nota 31b)	-	416
Cessão de precatórios (ii)	5.243	-
Ajuste de marcação a mercado (iii)	2.983	-
Outras	723	1.950
	<u>35.233</u>	<u>26.197</u>

- (i) Reversão de multas com a CVM, conforme nota 16c;
(ii) Refere-se ao resultado com operações de aquisição de precatórios públicos (Federal, Estadual e Municipal) – ver nota 11;
(iii) Reconhecimento de receita com valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda que estava contabilizada no patrimônio líquido na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, sendo que tais títulos já haviam sido negociados.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

24. Outras despesas operacionais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Consultorias para operações de crédito	8.664	13.336
Despesas com operações de ouro	1.333	2.318
Provisão para perdas com clientes	775	1.405
Despesas com recuperações de contratos de CDC	2.073	2.475
Cartão pré-pago	704	780
Amortizações e depreciações	1.578	1.340
Tarifas interbancárias	242	694
Despesas financeiras - PSH	536	550
Atualizações monetárias de impostos e contribuições	56	89
Comissões sobre contratos de financiamentos	26	22
Assessoria financeira - Câmbio fácil	-	92
Variação cambial	735	-
Provisão sobre fianças prestadas	137	135
Contingências - Judiciais e legais	5.804	14.144
Provisão para honorários advocatícios	21	161
Despesas do auto de infração da Receita Federal (nota 16a) (ii)	975	43.528
Prejuízos com cessão de créditos consignados	154	377
Despesas de fundos	692	1.895
Tarifa de agente de compensação	165	180
Taxa de performance	-	152
Multas - BSM	-	80
Taxa de custódia de fundos	58	348
Despesas com atualizações de precatórios	54	2.016
Acordo ANBIMA (i)	750	-
Baixas de depósitos judiciais	123	1.762
Taxa de fiscalização CVM de fundos	672	-
Reversão de outras receitas operacionais	278	-
Levantamento de depósitos judiciais	424	-
Despesas de descontos concedidos em renegociações	-	4.606
Outras despesas – Controladoria de fundos	502	-
Convênio de rateio de custos comuns	327	-
Regularização de valores a liquidar de câmbio	3.892	-
Despesas jurídicas	3.937	-
Prejuízo com encerramento de atividades operacionais (iii)	10.293	-
Reversão de impostos a compensar	-	713
Reversão de depósitos judiciais	703	-
Outras	1.843	965
	<u>48.526</u>	<u>94.163</u>

- (i) Termo de compromisso entre Singulare e ANBIMA acerca da adoção de melhores práticas, controles e processos relacionados às atividades de administração e distribuição;
- (ii) Em 2018, referem-se a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente;
- (iii) Reconhecimento de prejuízo decorrente de saldos remanescentes de operações de câmbio registradas na rubrica de outras despesas operacionais, as quais a administração julgou como tendo sido liquidadas.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	(6.086)	45.512
(-) Juros sobre o capital próprio	-	(15.107)
(-) Participações nos lucros	(6.922)	(3.101)
Resultado antes da tributação e depois das participações	<u>(13.008)</u>	<u>27.304</u>
Adições e exclusões temporárias	<u>20.831</u>	<u>13.006</u>
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	3.821	573
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.731	2.422
Provisão para riscos fiscais e para contingências	221	9.057
Outras adições e exclusões temporárias	3.058	954
Adições e exclusões permanentes	<u>10.432</u>	<u>48.436</u>
Outras adições e exclusões permanentes	10.432	48.436
Base de cálculo	<u>18.255</u>	<u>88.746</u>
Imposto de renda / Contribuição social	7.256	39.903
Deduções - Incentivos fiscais	(2.931)	(1.141)
Imposto de renda e contribuição social (*)	<u>4.325</u>	<u>38.762</u>
Ativo fiscal diferido	(13.767)	4.082
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(9.442)</u>	<u>42.844</u>

(*) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 20% para a contribuição social de acordo com a Lei nº 13.169/15 (Banco Paulista S.A. e Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) e 9% de contribuição social para a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

b) Créditos tributários

As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para perdas esperadas	59.310	32.582
Provisão para riscos fiscais e contingências	20.175	18.945
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	(2.253)	(8.432)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	10.753	10.754
Outras	(59)	6.469
	<u>87.926</u>	<u>60.318</u>

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2017	Constituição	Realização/ Reversão (i)	31/12/2018
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	18.535	1.129	(2.045)	17.619
Provisão para riscos fiscais e contingências (i)	6.101	2.816	(4.188)	4.729
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	923	-	(422)	501
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	1.372	-	(287)	1.085
Total dos Créditos Tributários (iv)	26.931	3.945	(6.942)	23.934

	31/12/2018	Constituição	Realização/ Reversão (i)	Reclassificação (ii)	31/12/2019
Perdas esperadas com operações de crédito (iii)	17.619	12.315	(576)	(2.685)	26.673
Provisão para riscos fiscais e contingências	4.640	2.564	(2.302)	3.708	8.610
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	614	3.939	(1.121)	(4.423)	(991)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	1.085	-	-	3.400	4.485
Outras	(24)	-	-	-	(24)
Total dos Créditos Tributários (iv)	23.934	18.818	(3.999)	-	38.753

(i) Reversão de crédito tributário majorado em 5% de acordo com a Lei nº 13.169/15;

(ii) Em 2019 ocorreram reclassificações entre linhas, sem impacto no resultado, para melhor aderência da informação;

(iii) Do saldo de provisão para perdas esperadas, R\$ 14.332 é representado por crédito tributário sobre operações baixadas para prejuízo;

(iv) Os créditos tributários são compostos dos seguintes valores:

	2019	2018
Outros Créditos Diversos - Créditos Tributários (nota 11b)	39.176	30.097
Outras Obrigações - Provisão Para impostos e contribuições Diferidos (nota 16a)	(423)	(6.163)
Total dos Créditos Tributários	38.753	23.934

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

Não existem outros créditos tributários a serem reconhecidos.

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 30.163, tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.783	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	26.669
Provisão para riscos fiscais e para contingências	-	3.742	1.618	1.618	1.618	-	-	-	-	-	8.596
Ajuste a valor a mercado TVM - Negociação / Disponível para venda	(405)	(405)	-	-	-	-	-	-	-	-	(810)
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	274	274	274	273	-	-	-	-	-	1.095
Outros	860	1.469	1.297	-	-	-	-	-	-	-	3.626
Total	3.238	7.734	5.843	4.546	4.545	2.654	2.654	2.654	2.654	2.654	39.176
Valor Presente	3.107	7.233	4.949	3.597	3.350	1.821	1.695	1.579	1.466	1.366	30.163

26. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos à vista	(14.250)	(9.938)	-	-
Disponibilidade em moedas estrangeiras	-	(273)	-	-
Depósitos a prazo	(84.836)	(133.257)	(7.442)	(26.021)
Letra financeira - Dívida subordinada	(31.063)	(29.060)	(2.003)	(3.420)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI (nota 15)	(32.928)	(20.691)	(2.052)	(1.718)
Letra de Créditos Agronegócio - LCA (nota 15)	(91.509)	(72.449)	(4.240)	(3.846)

Além das operações acima discriminadas, a Singulare firmou um contrato de convênio de rateio com o Banco das despesas comuns, sendo R\$ 13.182 (R\$ 11.270 em 2018).

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração fixa	19.938	18.611
Encargos sociais	4.486	4.187
Total	<u>24.424</u>	<u>22.798</u>

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

27. Gerenciamento de riscos

Apetite de Risco

A Diretoria é a responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Riscos e Controles e do Chief Risk Officer (CRO).

Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados ao Comitê de Riscos e Controles e a Diretoria, que orientaram a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do Banco Paulista e Singulare.

Há uma estrutura de gestão e controle dos riscos centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar os riscos.

O Banco utiliza três componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio; estrutura de governança; e organograma funcional das áreas.

- Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;
- Estrutura de governança, composta por comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes; e
- Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que asseguram segregação e independência de funções.

O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Tipos de Riscos:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez tem origem da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de 'colchão' de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de *funding* e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazos. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito tem origem na perda do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o *rating* de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e constituindo garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, que possibilitem a minimização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado tem origem na possibilidade de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela instituição financeira. Essas perdas podem ser sujeitas às paridades cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

O gerenciamento de riscos busca balancear seus objetivos de negócio, na carteira *Banking e Trading*, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira e a capacidade de atuar em mercados específicos.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

d) Risco Operacional

O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição, situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição e as falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. Para fazer frente a este risco, o Banco compila e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN.

e) Gestão de Capital

O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da Instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.

Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividindo-se em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes à Resolução 4.557/17 do CMN.

28. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, incluindo as coobrigações sobre créditos cedidos, em 31 de dezembro de 2019, correspondiam a R\$ 25.222 (R\$ 23.027 em 2018), com provisão constituída para possíveis perdas, no montante de R\$ 814 (R\$ 681 em 2018).

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

29. Custódia de valores

Encontram-se custodiadas na B3, em nome de clientes, 3.727.274 mil ações (4.826.600 mil ações em 2018), registradas em conta de compensação pelo valor unitário referencial de R\$ 1,00 cada.

30. Administração de recursos de terceiros

Em 31 de dezembro de 2019, a Corretora administrava R\$ 42.048.680 (R\$ 32.827.256 em 2018) de recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Fundos de investimentos em participações	4.316.370	1.741.948
Fundos de investimento em direitos creditórios	11.865.291	9.377.693
Fundos de investimento em direitos creditórios - Não padronizados	12.523.996	11.290.150
Fundos de investimento multimercados	5.364.933	4.376.360
Fundos de investimento multimercados - Exterior	3.545.396	2.818.045
Fundos de investimentos imobiliários	687.553	740.318
Fundos de investimentos em ações	391.625	369.292
Fundos de investimentos em cotas FIDC	2.034.484	1.208.495
Fundos de investimentos em renda fixa	106.001	132.056
Clubes de investimentos	21.140	37.350
Carteiras administradas	1.191.891	735.549
Subtotal	42.048.680	32.827.256
Aplicações em fundos e clubes de investimentos administrados pela própria Corretora	(6.180.892)	(5.717.988)
Total líquido de recursos de terceiros	35.867.788	27.109.268

31. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não existem ativos contingentes contabilizados.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

b.1) *Provisões trabalhistas*

São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

b.2) *Provisões cíveis*

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de CDC sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Para os processos relacionados a operações de CDC, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses. Para os demais processos cíveis, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

b.3) *Provisões fiscais e previdenciárias*

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável as demais empresas não pertencentes ao seguimento financeiro; e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 01/01/1996 e 07/06/1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas nos exercícios, estão a seguir apresentadas:

	Provisão para contingências				2019	2018
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros		
Saldo no início do exercício	921	6.137	5.657	6.661	19.376	9.113
Constituições	726	1.447	19	3.612	5.804	14.232
Realizações	(130)	(703)	-	-	(833)	(1.990)
Atualizações	-	-	56	-	56	-
Reversões	(362)	(112)	(2.682)	-	(3.156)	(3.944)
Reclassificações	-	-	-	-	-	1.804
Honorários	-	21	-	-	21	161
Saldo no final do exercício	1.155	6.790	3.050	10.273	21.268	19.376

	Depósitos judiciais				2019	2018
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros		
Saldo no início do exercício	98	895	5.814	17.981	24.788	32.303
Atualizações	-	-	171	-	171	(67)
Constituições	29	548	-	546	1.123	663
Reversões	(24)	(95)	(591)	-	(710)	(1.799)
Levantamentos	(29)	(256)	-	(5)	(290)	(6.312)
Saldo no final do exercício	74	1.092	5.394	18.522	25.082	24.788

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2019 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 33 processos (34 processos em 2018) de natureza cível que somam R\$ 9.294 (R\$ 9.354 em 2018), 19 processos (7 processos em 2018) de natureza trabalhista que somam R\$ 2.690 (R\$ 795 processos em 2018), e 30 processos (26 processo em 2018) de natureza fiscal que somam R\$ 6.298 (R\$ 3.969 em 2018), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:

- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R\$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco. No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R\$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente descrita na nota explicativa 2.c, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

d) Órgãos reguladores

O processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, foi julgado em 03 de agosto de 2020, sendo que o Banco Central após o encerramento desse processo decidiu pela aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753, tendo o Banco Paulista ingressado com recurso, cuja avaliação da probabilidade de perda dada pelos advogados que patrocinam a causa é possível, mas não sendo possível determinar se uma provisão seria requerida.

A controlada possui processo cível no montante de R\$ 5.425 referente a ações indenizatórias e processo CVM - Comissão de Valores Mobiliários no montante de R\$ 10.273, para o qual foram efetuados depósitos em garantia cujo montante na data do balanço, é de R\$ 17.763 (R\$ 17.763 em 2018), registrado contabilmente na rubrica "Outros créditos diversos", no realizável a longo prazo.

32. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

RWA e Índice Basiléia	31/12/2019	31/12/2018
PR	198.571	218.965
PR nível I	192.358	201.529
Capital Principal	192.358	201.529
PR nível II	6.213	17.436
RWA Cpad - Crédito	811.427	944.295
RWA Cam - Câmbio	40.053	35.184
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	-	1.517
RWA Opad - Operacional	660.085	500.363
RWA - Total	1.511.565	1.481.359
PR Mínimo	120.925	127.767
Índice de Basiléia (PR / RWA Total)	13,14%	14,78%
Índice Nível I (PR nível I / RWA Total)	12,73%	13,60%
Índice Capital Principal (CP / RWA Total)	12,73%	13,60%

O índice da Basiléia, para a data-base de 31 de dezembro de 2019, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 13,14% para o Conglomerado Financeiro.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

33. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da BDO RCS Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

34. Eventos subsequentes

Reorganização societária

Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco para deliberarem sobre a sua “reorganização societária”, reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco.

A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco e da Singulare independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Singulare para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Singulare reduziu seu Capital, no montante de R\$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco Paulista de recursos em valor equivalente;
- O Banco, reduziu o Capital Social em R\$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco, no montante de R\$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Álvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R\$ 19.000, a ser pago no dia útil seguinte à aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em moeda corrente nacional.

Banco Paulista S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020–BCB/Deorf/GTSP1 em 03 de julho de 2020.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19.

Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema home office e reuniões não presenciais.

A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.

Também não foi verificado até o momento, picos de inadimplência na sua carteira de crédito, bem como os níveis de captação junto ao mercado continuam evoluindo, o que proporciona um excelente nível de liquidez, o que foi possível ser verificado até a publicação destas demonstrações contábeis.

Órgãos reguladores

O processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, foi julgado em 03 de agosto de 2020, sendo que o Banco Central após o encerramento desse processo decidiu pela aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753, tendo o Banco Paulista ingressado com recurso, cuja avaliação da probabilidade de perda dada pelos advogados que patrocinam a causa é possível.